



DIRETORIA LEGISLATIV	
DIVISÃO DE ACOMPANHAM	
DE PROCESSO LEGISLAT	IVO \
Folha nº:	)
Matricula:	/
Rubrica:	

Proposição: MSGPC - Mensagem do Executivo

(Projeto de Lei Complementar)

Número: 004515/2022 Processo: 9547-00 2022

Parecer - Marcelo Peres Guerson Medeiros Diretoria Jurídica

PARECER №: 114/2022.

PROCESSO Nº: 9.547/2022.

MENSAGEM №: 4515/2022.

EMENTA: "Revoga o § 6º, do art.195, da Lei nº 8.710, de 31 de julho de 1995".

**AUTORIA: Poder Executivo.** 

I. RELATÓRIO

O llustre Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, solicita parecer acerca da constitucionalidade e da legalidade da Mensagem do Poder Executivo nº 4515/2022, que: "Revoga o § 6º, do art.195, da Lei nº 8.710, de 31 de julho de 1995".

II. FUNDAMENTAÇÃO

A Carta Magna e Mineira dispõem sobre normas que autorizam os Municípios a legislarem sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

Constituição Federal:

Documento assinado digitalmente A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P228546





DIRETORIA LEGISLATIVA VISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO LEGISLATIVO Matricula:

"Art. 30 - C	Compete aos Municípios:
-	sobre assuntos de interesse local;" ão Estadual:
"Art. 171 -	Ao Município compete legislar:
I - sobre as	ssuntos de interesse local"
fosse o único interes direta e imediatamen	esse local entende-se "todos os assuntos do Município, mesmo em que ele não essado, desde que seja o principal. É a sua predominância; tudo que repercute nte na vida municipal é de interesse local". (CASTRO José Nilo de, in Direito ed., Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1999, p. 49).
Portanto, r	não há óbice quanto à competência, já que a matéria é de interesse local.
	iniciativa para deflagrar o processo legislativo, verifica-se que não há vício, eis ia de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo que estão elencadas no art. 36.
III. CONCL	LUSÃO.

É o nosso parecer, s.m.j., que ora submetemos, à apreciação da digna Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa.

constitucionais, legais e doutrinárias apresentadas, concluímos que o projeto de lei é

Ante o exposto, sem adentrarmos no mérito da proposição, arrimados nas disposições

Documento assinado digitalmente A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P228546

**CONSTITUCIONAL e LEGAL.** 





		_
/		
	DIRETORIA LEGISLA	
	ISÃO DE ACOMPANH	
Ι	DE PROCESSO LEGISI	ATIVO
	Folha nº:	
\	Matrícula:	_ /
/	Rubrica:	

Palácio Barbosa Lima, 23 de junho de 2022.

Assinado D

Marcelo Peres Guerson Medeiros Assessor Técnico Aprovo o parecer em 23/06/2022 Luciano Machado Torrezio Diretor Jurídico Adjunto